

ant. 06/91

6.9.91

**Ives Gandra da Silva Martins**

CARTA ABERTA AO PRESIDENTE

*IVES GANDRA DA SILVA MARTINS,  
Professor Titular de Direito Econômico  
e de Direito Constitucional da Faculdade  
de Direito da Universidade Mackenzie e  
Presidente do Conselho de Estudos Jurídicos  
da Federação do Comércio do Estado de S. Paulo.*

*Excelentíssimo Senhor Presidente:*

*Entristecido, li sua explosão verbal, quando da cerimônia em que lhe foi entregue o martelo que serviu ao leiloeiro no processo de privatização da Usiminas. Embora esteja convencido de que o processo de privatização poderia ter sido melhor conduzido, considero, como Vossa Excelência, que foi o início de reformulação da mentalidade de que o Estado seria um bom empresário. Em todos os espaços geográficos e em todos os períodos históricos, o Estado sempre foi um mau empresário, posto que sua faceta empresarial é maculada pela faceta política, com o que o custo político termina levando o Estado empresário a produzir bens e serviços piores do que produz o setor privado e a custo mais elevado. E gastando os recursos do cidadão em atividades que não são de sua vocação natural, deixa o Estado de ter recursos para atender as finalidades para as quais foi criado, ou seja, administrar justiça, dar segurança pública, educação, saúde, assistência social, previdência, etc.*

*O marco da privatização, todavia, ficou tisonado, como o campeonato mundial de Ayrton Senna, pelo*

*desnecessário destempero vocabular, que, de forma genérica, atingiu toda a sociedade, como se esta, e não o governo, fosse responsável pela crise que o país vive. Mais do que isto: sua fala levou a todos a impressão de que os empresários lucram com a crise e que os consultores econômicos se deliciam com o naufrágio da nação.*

*Creio, Senhor Presidente, com o respeito que tenho pela função que exerce e por sua pessoa, que é grande seu nível de desinformação, a mesma desinformação que o levou a dizer, no último debate com o candidato Lula, que eu seria dele eleitor, quando os que me conhecem sabiam que, no 2º turno, votaria, como votei, em Fernando Collor de Mello.*

*Senhor Presidente, apesar do que Vossa Excelência disse, o Brasil vai mal. E seu governo é, em grande parte, responsável pela crise em que vivemos. Não é o único responsável, mas o grande responsável. O desserviço à Nação e à Vossa Excelência que sua antiga colaboradora prestou ao revelar de que forma as reuniões ministeriais se realizavam ou que critérios, lotéricos, decidiram o aspecto mais relevante do Plano Brasil Novo ou ainda de que maneira, nos encontros ilícitos e apaixonados de dois Ministros, as medidas provisórias eram produzidas pelas madrugadas brasilienses, apenas desventrou para o país a loucura que foi a implantação daquele Plano por uma equipe de jovens, que, como bem disse a ex-Ministra, "eram jovens e queriam viver". Não perceberam, seus jovens escolhidos, que quem aceita a missão de governar, deve sacrificar temporariamente sua vida pessoal para servir a Nação. Não devem "viver". Devem servir.*

*À época (Abril 1990), com meus alunos da Universidade Mackenzie, prognostiquei que a inflação ficaria, em Novembro, entre 10 a 15%, enquanto que a amante do então Ministro da Justiça dizia que o país já saíra da crise e que a inflação era zero. É que a jovem escolhida para o difícil cargo não*

2

percebera que a Economia tem regras claras e que se assemelha muito mais a um jogo de xadrez do que a um jogo lotérico, em que se sorteia se o bloqueio de contas deve ser feito a partir de 20.000, 50.000 ou 70.000 cruzados novos.

Sabe, Vossa Excelência, que o Estado não produz riquezas. A sociedade, sim. E cada vez que o Estado retira riquezas da sociedade, tira-lhe a capacidade de crescer. O país, sob o comando de Vossa Excelência, ficou 7,0% menor (queda do PIB), sem que o Estado se reduzisse na mesma proporção. E uma sociedade menor termina por não conseguir sustentar um Estado maior. O Estado de Vossa Excelência já não cabe no PIB nacional e a reforma fiscal de emergência, que é um mero aumento da carga tributária, terminará por gerar mais inflação e mais recessão. O Brasil vive uma inflação de custos e não de demanda. Na inflação de demanda, o aumento da carga tributária pode até reduzir a inflação. Na de custos, os tributos são repassados para os preços e o aumento gera o fenômeno da estagflação.

Senhor Presidente, mais do que nunca o país necessita de paz para trabalhar e de que o governo, se não puder auxiliar, não atrapalhe. As empresas não demitem por mero jogo de prazer, mas porque, se não o fizerem, poderão ir à falência, amanhã. Demitir funcionários formados para qualquer empresa é um prejuízo considerável, porque, em eventual retomada, o custo de aprendizado dos novos empregados será muito maior. Quando uma empresa demite, o faz, como um médico, que amputa um membro de corpo gangrenado para que a gangrena não atinja todo o paciente.

Vossa Excelência, sabe que o nível da carga tributária no país -- não em relação ao produto nacional bruto, mas ao produto privado bruto, isto é, o produzido pela sociedade não governamental que paga tributos -- é o mais elevado do mundo civilizado e que é muito difícil ganhar competitividade externa



Ives Gandra da Silva Martins  
.04.

se a carga tributária interna impede o país de concorrer. Compare o nível da carga tributária do Brasil, que recai sobre a sociedade não governamental, com a dos outros países e Vossa Excelência perceberá que o brasileiro é verdadeiro escravo da gleba, como nos tempos medievais. E não é apenas o governo federal que tem elevado sua carga, mas os outros quase 5.000 entes tributantes, que não ficam atrás. O Brasil, hoje com mais de 5 dezenas de tributos, é uma República Fiscal, em que os cidadãos são produtores de tributos e, depois, de produtos e serviços.

A Economia Informal, que vive da sonegação, é o sub-produto do irracional sistema vigente e quanto maior for a carga --apesar de todos os controles-- sabe Vossa Excelência que as pequenas e médias empresas apenas sobreviverão, na clandestinidade. O mundo inteiro sinaliza que a redução da carga tributária reduz a informalidade, como a Receita Federal já demonstrou ao reduzir as alíquotas do I.R. para 10 e 25% em 1987, com aumento de arrecadação. Vossa Excelência parece trilhar caminho oposto, o que levará os empresários e a sociedade a se protegerem para sobreviver, com efeitos diversos dos que Vossa Excelência pretende.

Senhor Presidente, não cabe em uma carta aberta --não a faço particular porque das demais vezes que lhe escrevi nunca recebi resposta-- mostrar que o país vai mal, que a inflação é elevada, que os investimentos estrangeiros não vêm, os nacionais se retraem, sobre haver uma violenta deterioração social, com desemprego e salários sub-humanos rondando a casa dos trabalhadores e de todos os brasileiros.

Gostaria que Vossa Excelência percebesse que o país só crescerá quando o Estado diminuir. A diminuição do Estado não pode ser, todavia, uma expressão retórica, posto que, salvo no episódio da Usiminas, em seu governo o Estado ainda não diminuiu de tamanho.



Ives Gandra da Silva Martins

.05.

A sociedade, todavia, não reagirá sob ataques, principalmente quando injustos. Pai de 6 filhos, sei que um pai obtem melhores resultados quando ensina os filhos a lutar, com estímulos e palavras de apoio do que com admoestações permanentes, que, muitas vezes, caem no vazio, se distantes da realidade. O ódio não cria raízes. O amor, sim.

Um presidente é, de certa forma, o pai de uma Nação. Representa-a. Deve dar exemplo. De dignidade. De probidade. E deve encontrar os caminhos para auxiliar a nação a acreditar em suas próprias forças e soluções. À evidência, a política policialesca e vingativa da equipe econômica anterior não conseguiu gerar tal ambiente, como as palavras impensadas de crítica também não a estimularão.

Escrevo-lhe, Senhor Presidente, apenas porque ainda acredito em seu idealismo, embora maculado por preconceitos.

Em 1971 publiquei um livro sobre Finanças Públicas --minha segunda dissertação acadêmica-- intitulado "Desenvolvimento Econômico e Segurança Nacional - Teoria do Limite Crítico", em que examinei os efeitos dos gastos militares sobre as Finanças e a Economia de uma nação. O livro foi prefaciado por Roberto Campos, que, em lapidar frase, ao final, declarou que é necessário conhecer os fatos para se evitar a fatalidade. E o que espero, sendo eleitor seu e ainda acreditando em seu idealismo, é que conheça Vossa Excelência bem os fatos e que aja de acordo com o diagnóstico, com o que poderá evitar fatalidades que nenhum brasileiro, em sã consciência, deseja.

